



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

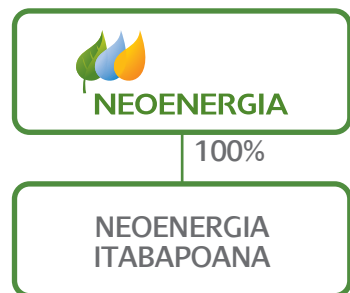
Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIAS.A.

A Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 69.100, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	3	397.831	63.553
Custos dos serviços	4	(275.259)	(43.513)
Custos de construção		(274.605)	(43.113)
Custos dos serviços		(1.154)	(405)
Lucro bruto		122.072	20.035
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(255)	(2)
Lucro operacional		121.817	20.033
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	5	5.358	5.030
Despesas financeiras	5	(51.458)	(21.211)
Outros resultados financeiros, líquidos	5	10	(3)
		(46.090)	(16.184)
Lucro antes dos tributos		75.727	3.849
Tributos sobre o lucro		(25.747)	(1.280)
Diferido	6	(25.747)	(1.280)
Lucro líquido do exercício		49.980	2.569
Lucro básico e diluído por ação – R\$	12.2	0,40	0,04

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	49.980	2.569
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	49.980	2.569

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucro		Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	15.637	189	3.591	-	19.417
Aumento de capital	100.878	-	-	-	100.878
Capital a integralizar	(100.878)	-	-	-	(100.878)
Capital integralizado	7.445	-	-	-	7.445
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.569	2.569
Destinação do lucro: (nota 12.2.b)	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	128	-	(128)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	2.441	(2.441)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	23.082	317	6.032	-	29.431
Capital integralizado	15.000	-	-	-	15.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	49.980	49.980
Destinação do lucro: (nota 12.2.b)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	2.499	-	(2.499)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	47.481	(47.481)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.082	2.816	53.513	-	94.411

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2024. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$69.100 (data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos. 1.1. **Corona virus ("Covid-19"):** a) Contexto geral: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. b) **Impactos nas demonstrações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Seguimos monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance da Companhia para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Até o momento, não houve impactos relevantes no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento. 1.2. **Gestão de risco financeiro e operacional:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de risco financeiro: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos exóticos nem 'alavancados'. A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.2. **Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causa-

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kv)	Extensão (km)	Características Físicas		Vencimento da Outorga
				Capacidade (MVA)	Início Operação Comercial	
LT 500KV Campos 2 - Mutum	2	500KV	227	-	22/03/24	22/03/49

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R\$ mil)	Evolução Física em 31/12/2021	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021 (R\$ mil)
LT 500KV Campos 2 - Mutum	10%	43.954	56%	274.605

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$69.100.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$mil)	RAP Proporcional (R\$mil)	Mês base	Índice de Correção
LT 500KV Campos 2 - Mutum	Itabapoana	69.100	69.100*	Julho	IPCA

*A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente liberada no momento em que a obra for completamente finalizada.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	49.980	2.569
Ajustado por:		
Amortização	5	-
Tributos sobre o lucro	25.747	1.280
Resultado financeiro, líquido	46.090	16.184
Variações de ativos e passivos:		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(438.381)	(72.463)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	104.598	411
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	431	487
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	48.629	8.134
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(6.160)	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(21.218)	(2.313)
Caixa líquidos consumido nas operações	(190.279)	(45.711)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	5.513	5.275
Tributos sobre o lucro pagos	-	(645)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(184.766)	(41.081)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(75)	(42)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(75)	(42)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	15.000	7.445
Captação de empréstimos e financiamentos	-	300.000
Pagamento dos custos de captação	-	(16.465)
Caixa gerado nas atividades de financiamento	15.000	290.980
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	(169.841)	249.857
Caixa e equivalentes no início do exercício	251.849	1.992
Caixa e equivalentes no final do exercício	82.008	251.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DRE (R\$ mil)	Variação			
	2021	2020	R\$	%
(+) Receita líquida	397.831	63.553	334.278	526%
MARGEM BRUTA	397.831	63.553	334.278	526%
(+) Custos de construção	(274.605)	(43.113)	(231.492)	537%
(+) Outros custos	(1.154)	(405)	(749)	185%
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(255)	(2)	(253)	12.650%
= Despesa Operacional	(276.009)	(43.515)	(232.494)	534%
EBITDA	(78.174)	20.038	101.784	508%
(-) DEPRECIACÃO	(5)	(5)	-	0%
(-) Resultado Financeiro	(46.090)	(16.184)	(29.906)	185%
(-) IRR/CS	(25.747)	(1.280)	(24.467)	1.911%
LUCRO LÍQUIDO	49.980	2.569	47.411	1.846%

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 397.831 mil, +526% vs. 2020 e -R\$ 276.009 mil, +534% vs. 2020, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 121.822 mil, aumento de 508%, em relação ao ano de 2020. O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 46.090 mil em 2021 (185% vs. 2020) devido principalmente a contratação de novos financiamentos em 2021 e à despesa com encargos financeiros, impactada pela variação do IPCA em relação ao ano anterior. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2021 de R\$ 49.980 mil, um aumento de 1.846% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. **Perfil da Dívida:** Em dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 356.015 mil (dívida líquida R\$ 274.007 mil), apresentando um aumento de 17% em relação a dezembro de 2020, quando a dívida bruta foi de R\$ 304.689 mil (dívida líquida R\$ 52.840 mil). Em relação a segregação do saldo devedor, a Companhia possui 95% da dívida contabilizada no longo prazo e 5% no curto prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Itabapoana, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Itabapoana e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Itabapoana. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Itabapoana sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	82.008	251.849
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	2.849	1.713
Outros tributos a recuperar	6.2	733	-
Adiantamento de fornecedores		21.316	-
Outros ativos		352	658
Total do circulante		107.258	254.220
Não circulante			
Depósitos judiciais	11	6.267	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	8	534.699	96.318
Imobilizado		13	-
Intangível		117	60
Total do não circulante		541.096	96.378
Total do ativo		648.354	350.598
Passivo Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	9	107.534	2.946
Empréstimos e financiamentos	10	16.509	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		1.137	706
Outros tributos a recolher	6.2	9.775	93
Outros passivos		132	242
Total do circulante		135.087	3.987
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	339.506	304.689
Outros tributos a recolher	6.2	49.460	8.909
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1.2	29.018	3.271
Outros passivos		872	311
Total do não circulante		418.856	317.180
Patrimônio líquido	12		
Atribuído aos acionistas da Companhia		94.411	29.431
Total do patrimônio líquido		94.411	29.431
Total do passivo e do patrimônio líquido		648.354	350.598

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 16 de fevereiro de 2022. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

Nota	Descrição da alteração	Data de vigência
6.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos	
8	Concessão do serviço público (ativo contratual)	
11	Provisão para processos judiciais	
14.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros	

2.5. **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.439.049/0001-64 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com alocado das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5% a.a. e 11,5% a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

2021		2020	
Custo de construção	Custos dos serviços	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal (3.961)	(1.154)	(123)	(5.238)
Material (261.512)	-	-	(261.512)
Serviços de terceiros (6.326)	-	(96)	(6.422)
Depreciação e amortização -	-	(5)	(5)
Impostos, taxas e contribuições -	-	(1)	(1)
Outros (2.806)	-	(30)	(2.836)
Total custos/despesas (274.605)	(1.154)	(255)	(276.014)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.513	5.275
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(265)	(245)
Atualização de depósitos judiciais	107	-
Outras receitas financeiras	3	-
5.358	5.030	

	2021	2020
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(51.326)	(21.154)
Outras despesas financeiras	(132)	(57)
(51.458)	(21.211)	

	2021	2020
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	10	(3)
10	(3)	
(46.090)	(16.184)	

Resultado financeiro, líquido

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

6.1. Tributos sobre o lucro: 6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	75.727	3.849
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(25.747)	(1.309)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	-	29
Tributos sobre o lucro - diferido	(25.747)	(1.280)

6.1.2. Tributos diferidos:

	IR/CSLL	2021	2020
Ativo			
Provisão participação nos lucros e resultados		814	422
Prejuízo fiscal e base negativa		63.386	16.351
Outros		96	25
Total diferenças temporárias - ativo		64.296	16.798
Passivo (-)			
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato		(149.644)	(26.418)
Total diferenças temporárias - passivo		(149.644)	(26.418)
Total diferenças temporárias - líquido		(85.348)	(9.620)
Alíquota de IR e CS		34%	34%
Tributos sobre o lucro diferidos passivo, líquido		(29.018)	(3.271)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	3.271	1.991
Efeitos reconhecidos no resultado	25.747	1.280
Saldo final do exercício	29.018	3.271

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2032 e 2036	2037 em diante
Ativo fiscal diferido	1.305	20.556
6.1.3. Tributos correntes ativos:	2021	2020
Imposto de renda - IR	2.613	1.487
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	236	226
Tributo sobre o lucro a recuperar	2.849	1.713
Circulante	2.849	1.713
6.2. Outros tributos a recolher:	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	9.490	9.569
Programa de integração social - PIS (1)	8.827	1.587
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (1)	40.665	7.337
Impostos e contribuições retidos na fonte	197	25
Outros	56	53
Total outros tributos a recolher	59.235	9.002
Circulante	9.775	93
Não circulante	49.460	8.909

(1) Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão. 6.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseadas em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	77	43
Fundos de investimento	81.931	251.806
82.008	251.849	

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações comissórias com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

8. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	96.318	23.855
Receita de construção	411.093	67.404
Remuneração do ativo contratual	27.288	5.059
Saldo final do exercício	534.699	96.318
Não circulante	534.699	96.318

8.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que o acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações

de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2021	2020
Material e serviços	107.534	2.946
Circulante	107.534	2.946

A Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para as novas compras de 45 para 168 dias, em média. Para essas novas compras, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 10,81% a.a. Nessas circunstâncias, alguns fornecedores decidiram descontinuar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que houvesse qualquer obrigação ou coobrigação da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores, e, portanto, os saldos continuam a ser classificados como Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no Balanço Patrimonial e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional ou de investimento. Os juros incorridos são reconhecidos como custo de construção do ativo de contrato. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dessas operações totalizou R\$98.981.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2021	2020
10.1. Dívida líquida:		
Mercado de capitais	356.015	304.689
Empréstimos e financiamentos (nota 10.2.a))	356.015	304.689
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(82.008)	(251.849)
Dívida líquida	274.007	52.840

10.2. Empréstimos e financiamentos: a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:

	2021	2020
Denominados em R\$		
Entre 2021 e 2031	370.920	320.490
(-) Indexados a taxas flutuantes	(14.905)	(15.801)
(-) Custos de transação	99.794	91.437
355.809	396.126	

	2021	2020
Circulante	16.509	-
Não circulante	339.506	304.689

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Total
2023	12.179	17.795	29.974
2024	12.963	17.473	30.436
2025	13.995	18.348	32.343
2026	15.094	18.237	33.331
Entre 2027 e 2031	99.794	91.437	191.231
Entre 2032 e 2036	145.821	84.783	230.604
2037 em diante	404.546	85.757	490.303
704.392	333.800	1.038.222	

(1) O fluxo estimado de pagamentos de juros futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	304.689	-
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	-	300.000
Custo de captação	-	(15.801)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	51.326	20.490
Saldo final do exercício	356.015	304.689

10.3. Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

11. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2021	2020
Processos fiscais (i)	31	30
31	30	

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. b) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2021	2020
Processos fiscais	6.267	6.267

11.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. b) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$38.082 (R\$23.082 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$123.960 subscrito e R\$85.878 a integralizar, dividido em 123.960.265 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2021 e 2020), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Total	123.960	100%	38.082
	123.960	100%	38.082

12.2. Lucro por ação e remuneração do acionista: a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	49.980	2.569
Média ponderada de ações em poder do acionista	123.960	66.777
0,40	0,04	

b) Remuneração ao acionista: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	49.980	2.569
Reserva legal	(2.499)	(128)
Lucro líquido ajustado	47.481	2.441
Destinação para reserva de lucros a realizar	(47.481)	(2.441)
Lucro líquido a distribuir	-	-

12.3. Reservas de lucros: a) Reserva legal: Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absolver prejuízos ou para aumento de capital. b) Reserva de lucros a realizar: Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas. 12.4. Política contábil: O capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

	Neoenergia e suas subsidiárias			
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Compartilhamento de pessoal	69	289	69	289
69	289			
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	175	-	109	-
Compartilhamento de pessoal	22	-	197	-
197	109			

13.2. Transações com partes relacionadas: